



O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*

Heitor Frúgoli Jr.* y Jessica Sklair**

RESUMO

Esse artigo explora, numa perspectiva etnográfica, o alcance do conceito de *gentrification* com relação às mudanças (e também permanências) sociais e urbanas em curso no bairro da Luz, localizado na área central da cidade de São Paulo, situado numa confluência entre processos de preservação patrimonial de instituições culturais, intervenções urbanísticas e um uso histórico por parte de vários grupos provenientes das classes populares. Tais questões serão tratadas com atenção aos seguintes tópicos: políticas locais de intervenção em áreas marcadas pela estigmatização, quando ocupadas predominantemente pelas classes populares; a revisão da oposição “práticas de intervenção” vs. “resistência dos grupos atingidos” (marcadas por certas divisões do ponto de vista analítico); por fim, a busca de definições mais precisas dos termos de comparação com outros casos emblemáticos (evitando perspectivas apriorísticas).

Palavras-chave: Gentrification, Bairro, Centro, Moradores, Territorialidade

THE LUZ DISTRICT IN SÃO PAULO: ANTHROPOLOGICAL QUESTIONS ON THE PHENOMENON OF GENTRIFICATION

ABSTRACT

This paper will explore, from an anthropological perspective, the extent to which the concept of *gentrification* can be applied to current urban interventions in the district of Luz, situated in the inner city of São Paulo (population 11 million), and caught between the conflicting interests of the preservation of historical patrimony, the promotion of cultural consumption and the historical use of the area's public spaces by the working class. This question will be approached with emphasis on the following issues: local government policy on urban improvement and the stigmatization of areas occupied predominantly by the working class; the

* Professor doutor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade - GEAC. Dirección electrónic: hfrugoli@uol.com.br.

** Orientanda de mestrado de Frúgoli Jr. no Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da USP e atualmente é doutoranda do Goldsmiths College, na Universidade de Londres. Dirección electrónica: jessiesklair@gmail.com. Fecha de recepción: 22 enero de 2009. Fecha de aprobación: 13 de abril de 2009.

rethinking of traditional dichotomies, such as the (analytically divisive) polarity “politics of urban intervention” vs. “resistance of affected groups”; the multiple meanings attributed to the notion of *bairro* (‘district’ or ‘neighborhood’) and the definition of terms of comparison with other cases (avoiding *a priori* perspectives).

Key words: Gentrification, Neighbourhood, City centre, Residents, Territoriality

INTRODUÇÃO¹

Como se sabe, o conceito de gentrification tem sido referência, por vezes polêmica, para a produção de uma série de pesquisas e reflexões sobre fenômenos urbanos em cidades e metrópoles de várias partes do mundo. Numa primeira aproximação, pode-se afirmar sinteticamente que a mesma se refere à:

criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de determinados estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado lugar, bem como tipos peculiares de segregação socioespacial e de controle da diversidade (Frúgoli Jr., 2006a: 133-134).²

Sem pretender traçar uma genealogia exaustiva, tal conceito, criado por Ruth Glass (1964), com base em fenômenos de mudanças socioespaciais no contexto londrino, alcançou forte capacidade explicativa a partir dos trabalhos de Neil Smith (1996) e Sharon Zukin (1989), ambos centrados no contexto nova-iorquino da década de 1970 em diante, com ênfase, no primeiro autor, em práticas sociais, comportamentos econômicos e políticas públicas, e na segunda, em atividades culturais e artísticas, articuladas às de consumo e lazer. A hipótese de Smith de uma gentrification generalizada, que se expandiria entre os planos global e local (Smith, 2003), tem sido examinada criticamente, à luz de pesquisas em outros contextos e de leituras atentas às relações entre os planos global e local.

Nesse sentido, a coletânea organizada por Catherine Bidou-Zachariassen (2003), em diálogo com as hipóteses de Smith, averiguou uma série de processos em curso em cidades europeias, apontando na maioria das vezes um forte papel desempenhado pelo Estado e a realização de tipos de gentrification mais ligados à frequência ou consumo das classes médias ou altas, mas não propriamente residencial.

Segundo a mesma coletânea, tais processos também estariam se reproduzindo, com certas especificidades, em cidades latino-americanas, embora tal afirmação exija mediações, dado que tais cidades remetem a realidades socioculturais distintas do contexto europeu, e são bastante diversificadas entre si. Fixando-nos apenas no contexto urbano brasileiro, tais questões trazem novos desafios. Os trabalhos mais conhecidos que dialogam com o tema da gentrification no Brasil têm focado intervenções havidas em áreas centrais de cidades nordestinas, como Salvador ou Recife, marcadas por patrimônios históricos revalorizados, através de intervenções coordenadas pelo Estado, voltadas sobretudo ao incremento do lazer, consumo e turismo, envolvendo certo grau de parcerias com agentes privados, e acarretando formas de apropriação social posteriores que indicam certamente novos usos mais elitizados de frequência e consumo, mas que se entrelaçam com distintas ocupações dos espaços públicos por parte das classes populares, várias delas recriadas a partir de tais intervenções (Arantes, 2000; Pinho, 2000; Leite, 2002).

É preciso, no entanto, atentarmos para outras dimensões se pensarmos no caso de uma metrópole como São Paulo, hoje com aproximadamente 11 milhões de habitantes³, com um contexto distinto das cidades anteriormente mencionadas, já que marcado por uma dinâmica rápida e recorrente de construção e destruição de sua paisagem urbana. Isso fora observado por Lévi-Strauss (1996) já nos anos 1930, quando afirmou que é como se tais paisagens urbanas tivessem entrado em decadência sem ter conhecido propriamente um auge. Nessa linha, São Paulo, que se expandiu urbanisticamente apenas na passagem do séc. XIX para o XX, é marcada por um patrimônio histórico eclético sequer abrangido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (Rubino, 2005). Dada sua dimensão metropolitana, é também assinalada por uma outra escala de centralidade, com um centro “histórico” marcado por práticas e discursos de “revitalização” e “requalificação”, contraposto a outros “sub-centros” de considerável expressão (Frúgoli Jr., 2000).

A região central de São Paulo é marcada pela aglutinação de vários bairros, e um deles vem obtendo crescente visibilidade quanto a aspectos tradicionalmente abrangidos pelas temáticas ligadas ao tema da gentrification. Trata-se do bairro da Luz, de forte densidade urbanística e social, assinalado pela presença de vários prédios e instituições culturais tombadas pelo patrimônio estadual, cujo marco histórico inicial foi a Estação da Luz (sua construção atual foi inaugurada em 1901) –que passou por reforma recente, com a implantação, em

suas dependências, do Museu da Língua Portuguesa. Em torno da mesma, um conjunto significativo de instituições culturais foi recentemente reabilitado, como o prédio da Pinacoteca do Estado, ou parcialmente reutilizado, como no caso da criação da Sala São Paulo, hoje sede da Orquestra Sinfônica do Estado, na estação ferroviária Júlio Prestes. Tais instituições têm sido responsáveis por um novo fluxo de pessoas ligadas às classes médias e altas à região central. As casas, ruas e praças de tal região, entretanto, têm sido há muito definidas por forte ocupação popular, com uma quantidade significativa de cortiços, bem como práticas recorrentes de comércio informal, prostituição e tráfico e consumo de crack em vários espaços públicos. Mais recentemente, a atual gestão local de São Paulo⁴ tomou tal área como prioritária para uma política mais ampla de requalificação, dando continuidade a uma política iniciada pelo governo do Estado há duas décadas, de transformar a Luz num “bairro cultural”. No início de 2005, ocorreu uma série de ações de repressão, fiscalização e controle no bairro, e ao final daquele ano, a Prefeitura anunciou, para a região, um programa de incentivos fiscais, intitulado “Nova Luz”, com o intuito de atrair novos negócios, serviços e comércios. Por volta de dois anos depois, tiveram início as primeiras demolições no perímetro da assim chamada “Nova Luz” (Frúgoli Jr., 2000; Folha de São Paulo, 9/3/2005; Prefeitura do Município de São Paulo, dez./2005a e dez./2005b; Kara-José, 2007).

O principal objetivo desse artigo é apresentar os primeiros passos de uma abordagem etnográfica de caráter coletivo sobre o bairro da Luz. Foram realizadas entrevistas e coletados diversos materiais ao longo de 2007, e duas etnografias concentradas foram realizadas até aqui, em dezembro de 2007 e outubro de 2008. Ao final, buscar-se-á pontuar, com base no tipo de etnografia realizada –em andamento–⁵ e nas especificidades do caso estudado, algumas questões relacionadas ao alcance do conceito de gentrification.

ESCOLHAS DE ENFOQUE ETNOGRÁFICO

Dentre as possíveis abordagens etnográficas, optamos inicialmente por observar e coletar falas e representações da população local, ou seja, moradores, comerciantes e freqüentadores das ruas do bairro. Iniciamos a etnografia na área das cercanias da Estação da Luz, marcada por concentrações de estabelecimentos comerciais, equipamentos urbanos e usuários e freqüentadores, estendendo tal área a partir das pistas fornecidas pelos próprios entrevistados. Não tivemos

qualquer pretensão de recriar uma “comunidade local”, mas de reconstituir a existência de uma população praticamente invisível e silenciada num plano discursivo mais abrangente, esfera essa que abrange tanto os meios de comunicação de massa quanto os espaços de negociação política com o poder público. Tal escolha teve a intenção de buscar entender tais grupos *para além da polaridade* entre as justificativas de intervenção do poder público –cujos discursos mais recentes dos gestores ressaltam o combate à degradação e à criminalidade através da revitalização, com ampla cobertura da mídia impressa– e a existência dos atores sociais marginalizados, principalmente os usuários de crack (muitos deles homens, mulheres e meninos de rua), traficantes, profissionais do sexo e travestis, policiais e outros que configurariam a assim chamada “cracolândia”.⁶



Foto 1: Esquina da R. Mauá com a Av. Cásper Líbero, na Luz: ponto de partida etnográfico (Heitor Frúgoli Jr., ago./2007)

Ao enfatizarmos as representações da população local, buscamos a recomposição de um determinado território social situado numa área central cujas fronteiras físicas e simbólicas com os bairros vizinhos (Santa Ifigênia, Bom Retiro, Campos Elísios etc.) são também fluidas e incertas, isso sem falar de outras fragmentações territoriais, como aquelas impostas pelas diferentes secretarias e programas de governo, em suas atuações na região em questão (Carvalho e Schicchi, 2007; Kara-José, 2007).

Por outro lado, foi preciso dar início a uma observação mais sistemática do que se convencionou chamar de “cracolândia”, para além de uma série de representações altamente estigmatizantes veiculadas pela mídia, sob a hipótese inicial de que a mesma constituiria uma espécie de “territorialidade itinerante” (Perlongher, 1987), embora recentemente fixada num determinado território específico (justamente aquele onde se pretende instalar a “Nova Luz”).⁷ A “cracolândia” tem sido fortemente acionada nos discursos dos responsáveis pelas intervenções urbanas locais e vem também sendo alvo de ações recorrentes de repressão, como a “Operação Limpa” (Folha de S. Paulo, 9/3/2005), realizada pelo poder público envolvendo a polícia, vigilância sanitária e setores ligados ao assistencialismo, saúde, limpeza pública etc.⁸ Nesse caso, nossa entrada em campo se deu através de um contato mais prolongado com uma ONG que atua especificamente na redução de danos junto aos usuários de crack –a “É de Lei”–, que estabelece contatos regulares com tal população nas ruas do bairro da Luz.

A combinação dessas duas abordagens –com segmentos da população local do bairro e com atores sociais relacionados mais diretamente à chamada “cracolândia”– permitiu-nos adentrar etnograficamente no bairro da Luz, levando-nos a observações iniciais que relacionam os dois recortes etnográficos e que suscitam novas indagações, como relataremos a seguir.

ABORDAGENS INICIAIS

Os esforços introdutórios para contatar a população das ruas da Luz revelaram-se mais frutíferos na abordagem direta com pequenos comerciantes, funcionários de estabelecimentos comerciais, frequentadores dos bares e serviços, transeuntes, seguranças e profissionais do sexo. A entrada planejada em cortiços –forma de moradia predominante no bairro– revelou-se a princípio mais difícil, já que implicava uma série de intermediações, embora nesse caso tenhamos nos beneficiado parcialmente de contatos já feitos num edifício ocupado por movimentos de sem-teto (Filadelfo, 2009).⁹

Quando perguntados sobre o que acham do bairro da Luz, foi significativa a representação do mesmo como marcado pela presença dos “nóia(s)”¹⁰, espécie de referência nativa recorrente aos usuários de crack, menção essa muito mais acionada do que o termo “cracolândia”, bastante presente na mídia impressa e televisiva. Um desdobramento recorrente dessas falas seria, sinteticamente, o seguinte: “tirando os nóia(s), (o bairro) é bom”, embora as qualidades frisadas

deslizem facilmente do *bairro* para o *Centro*: estação de trem, ônibus, metrô, padarias, supermercados, centro de saúde, hospital da Santa Casa, além de muitas falas apontarem as várias oportunidades de trabalho (mesmo que precarizado) na região central, como comércio informal, prestação de vários tipos de serviços, catação de material reciclável etc. Ainda que as prostitutas não tenham sido mencionadas como um problema, algumas mulheres se queixam por serem confundidas com as mesmas. Nessas falas, entretanto, vários bairros das cercanias ou da região central são citados. Dessa forma, *Luz* e *Centro* se entrelaçam enquanto representações espaciais, embora a primeira categoria remeta claramente, como vimos, aos “nóias” – marcados pela sua presença física nas ruas e associados simbolicamente a uma série de estigmas– sujeira, perigo, ameaça à segurança (principalmente à noite), drogas, encrenca, vergonha, etc. Em várias falas, os entrevistados referem-se aos mesmos como um problema crônico, de longa data, há muito tempo presente no bairro.

Já quando perguntados sobre as demolições recentemente havidas, situadas no perímetro da “Nova Luz”, a maioria entende que intervenções como essas não resolvem tal problema, pois apenas promovem o deslocamento desses grupos, o que é corroborado pelas inúmeras matérias de imprensa que atestam que, frente a ações de repressão, os usuários de crack tendem a migrar para locais das cercanias e aos poucos retornar aos espaços originais, embora no caso da “Nova Luz” pretenda-se uma expulsão “definitiva” dos mesmos, com a construção de uma nova paisagem urbana. De um modo geral, tais demolições têm suscitado dúvidas e interrogações quanto à sua extensão e ao que será efetivamente construído no local.¹¹

Vários pequenos comerciantes entrevistados –parte deles com residência em outro bairro– se ressentem de outras mudanças havidas, como a integração subterrânea entre o metrô e os trens da Estação da Luz ocorrida anos atrás, o que diminuiu razoavelmente o movimento de pedestres pelas lojas das ruas do entorno.



Foto 2: Demolição na Luz
(Hélène Rivière D’Arc, 3/11/2007)

Reforçando a idéia de que a Luz é marcada pela presença dos “nóias”, muitos deles recorrem, individual ou coletivamente, a seguranças privados que tentam, dentro de suas possibilidades, afastar tais grupos das cercanias para ampliar o acesso da clientela, embora tal intento envolva negociações a serem investigadas. Quanto às demolições, para alguns entrevistados o atual estado dos quarteirões atingidos piorou a situação do local ao deixá-los desertos, o que, por enquanto, afastou ainda mais os fregueses.

Cabe também observar, introdutoriamente, que os equipamentos culturais do bairro não são em geral freqüentados por tal população, que por vezes não consegue identificar a localização precisa dos mesmos, apesar da proximidade física. Alguns se referem ao uso do Parque da Luz aos fins de semana, embora convenha um aprofundamento mais preciso sobre o modo como o mesmo é utilizado, já que tal espaço se destina, de forma tradicional, à prática da prostituição. No último sábado de cada mês, é promovido no Largo General Osório um evento intitulado Rua do Samba Paulista, a cargo do Projeto Cultural Samba Autêntico e da ONG Unegro (União de Negros pela Igualdade) (Vianna, 31/8/2007), com a participação de uma população predominantemente negra, cabendo ainda averiguar se vêm predominantemente de outros bairros (hipótese mais plausível) ou se moram na Luz. Durante o campo, a equipe de pesquisadores presenciou por um breve período o evento, cujos músicos e organizadores se queixavam da gradual retirada do apoio do governo estadual –supostamente devido à “revitalização” em curso–, embora os mesmos argumentassem que pretendiam continuar ali, promovendo cultura (“que não é só o que acontece nas salas de cultura da Luz”).

Dada a representação recorrente sobre os “nóias” por parte dos moradores e freqüentadores das ruas do bairro, a observação até aqui realizada dos usuários de crack, e descrita a seguir, abre novas questões e reflexões. Segundo entrevista com Marina dos Passos Sant’Anna, coordenadora do projeto “É de Lei” (realizada em 10/5/2007), o mesmo surgiu de uma ação na Faculdade de Psicologia da USP na área de política de redução de danos, voltada inicialmente para usuários de drogas injetáveis, passando posteriormente, desde 2000, para o atendimento de usuários de crack (dentre outros possíveis), com base no contato direto com estes nas ruas da Luz¹² e um centro de convivência. Já foram distribuídos cachimbos de madeira para o consumo da droga (em substituição aos de metal, feitos em geral com antenas de carros), e atualmente são entregues basicamente piteiras de silicone, protetores labiais (batons de manteiga de

cacau) e preservativos, além de folhetos sobre o centro de convivência e sobre formas de prevenção de várias doenças. O início do trabalho deles foi difícil, por conta das contínuas reações negativas da polícia e pela desconfiança dos próprios usuários, que hoje recebem amistosamente a equipe. Na época da já citada “Operação Limpa”, a ONG foi contatada pela Prefeitura para “colaborar”, e recusou-se a fazê-lo, o que dificultou sua ação na região. Nas palavras de Marina, “... a cracolândia existe. Não é só um espaço geográfico. É o mundo do crack. São vinte pessoas em volta de você, fissuradas”. “Fissura”, no caso, refere-se à “crise de abstinência vivida pelo usuário” (Monteiro, 3/9/2000a).

Tivemos a oportunidade de participar de vários “campos”, que ocorrem semanalmente, aproximadamente entre 15 e 18 hs., com duas ou três pessoas do “É de Lei”, que caminham pelas áreas já citadas. Para dar uma idéia da experiência, pode-se reconstituir brevemente um deles (18/12/2007): o primeiro ponto de concentração significativa de usuários¹³ –por volta de 25 pessoas– estava situado na esquina da Rua dos Protestantes com a Gusmões, dentro da área do perímetro da “Nova Luz”, defronte a um quarteirão recentemente demolido. Vários consumiam crack sentados no chão, apoiados nas paredes dos muros e enleados em cobertores (que por vezes ajudam a ocultar o próprio consumo da droga). A maioria requisitava as piteiras já mencionadas, e também aceitava os batons distribuídos pela equipe. Enquanto interagíamos com o grupo, um segurança local¹⁴ gritou de longe e depois passou pela calçada, ordenando-os a se afastarem, e o grupo então se dispersou, mas voltou imediatamente ao mesmo local, tão logo o segurança saiu dali. Um segundo ponto de concentração foi na Praça Júlio Prestes, por volta de 15 usuários, alguns fumando sentados na grama, e outros dormindo. Uma quadra depois, na Al. Dino Bueno, abordamos duas mulheres: uma delas contou que cata latinhas (de cerveja ou refrigerante) e com isso ganha o suficiente para comer, mas não para pagar hotel, e, portanto, dorme na rua. A maior concentração de usuários de nosso trajeto, entretanto, foi observada na R. Helvetia, próxima ao ponto logo acima relatado. Na esquina com a Al. Dino Bueno, havia por volta de 13 usuários, todos homens e uma mulher. Do outro lado da própria Helvetia, em sentido transversal, havia um grupo numeroso (quase 40 pessoas), que a equipe do “É de Lei” evitou contatar, por ser muito grande para uma aproximação minimamente eficaz, dentro dos objetivos traçados. Mantivemo-nos do outro lado, conversando com dois usuários, um deles já conhecido da equipe. Nesse ínterim, dois rapazes de tal grupo atravessaram a rua para falar conosco. Num

dado momento, um carro da polícia (identificada por alguns como “loira”) passou rapidamente pelo quarteirão, sem qualquer intervenção. Momentos mais tarde, por alguma razão, tal grupo se dispersou, em questão de segundos. Mais à frente, ainda na Helvetia, entre a R. Piracicaba e a Av. Rio Branco, foi atendido um grupo de oito pessoas. Um dos rapazes era alguém que já víamos antes, provavelmente na mesma rua, levando-nos a relativizar parcialmente a contagem provisória e precária que vínhamos realizando¹⁵, e a pensar na possibilidade de circulação de usuários entre as concentrações observadas.¹⁶

De um modo geral, a maioria dos usuários é negra ou mulata, predominam homens, há pessoas de várias faixas etárias e alguns deles, tatuados. Sua aparência não difere tanto de muitos que integram a chamada população em situação de rua. Tal roteiro permitiu a constatação da permanência da presença física dessa população nos espaços públicos do bairro, tendo apenas realizado um pequeno deslocamento espacial após as recentes intervenções.¹⁷

CONSTATAÇÕES PROVISÓRIAS

Evidentemente, uma série de questões relevantes nesse bairro merece atenção e aprofundamento. A presente pesquisa, em andamento, tem buscado circunscrever algumas delas. Sinteticamente, temos prosseguido no enfoque sobre diversos tipos de moradores do bairro e adjacências, através de visitas a diferentes tipos de edifícios, cortiços e ocupações. Vários comerciantes, principalmente os atingidos pelas recentes intervenções, alguns deles inclusive organizados politicamente para permanecer na região (frente ao que ainda está por ocorrer), também têm sido contatados. Outra frente de pesquisa tem ampliado a abordagem com grupos que, de distintas formas, atuam junto a usuários de crack no bairro (crianças, profissionais do sexo, adolescentes etc.). É importante frisar a ênfase na observação etnográfica, e não apenas nas entrevistas com essas pessoas, bem como nas conexões observadas entre os diferentes atores abordados. Como afirma Agier (2006: 140 e 147), é preciso evitar a fixação apenas nos discursos e representações, e atentar às redes ampliadas que se estabelecem entre os sujeitos; há efetivamente informações que não podem advir senão da prática etnográfica.¹⁸

Todavia, frente ao que foi observado até aqui, pode-se adiantar uma questão que de certo modo interpela os enfoques sobre gentrification, quando os mesmos enfatizam a questão da mudança –referência utilizada principal-

mente com relação a alterações da composição social de determinados lugares—. Poder-se-ia dizer, retomando uma crítica já corrente, que o caso do bairro da Luz, focado nesse texto, não se caracteriza, até agora, por qualquer tipo de alteração em termos residenciais (para classes médias ou altas), que tem enfatizado o fortalecimento de instituições culturais e, mais recentemente, vem tentando criar um pólo de negócios, serviços e comércio, cuja “ancoragem” residiria justamente nas instituições culturais “revitalizadas”. Mas a princípio isso nos levaria a aceitar, novamente, a hipótese de uma gentrification baseada em freqüência e consumo, o que dependeria, de todo modo, que averiguássemos a hipótese de que os espaços públicos do bairro vêm sendo ocupados por novos grupos, o que se revela remota, dado que a afluência dos mesmos tem sido diretamente nas instituições culturais e não propriamente no entorno das mesmas. A já mencionada Sala São Paulo, por exemplo, atrai uma certa população às noites, que utiliza, quase que na totalidade, seus carros para locomoção, deixando-os no estacionamento do próprio prédio. A Pinacoteca, por sua vez, atrai um número considerável de visitantes, mas a grande maioria tem acesso à instituição através do metrô, com uma das saídas situadas logo à sua frente, sem qualquer necessidade de interação com o resto do bairro. Não se pode negar, então, que tenha havido mudança na população que freqüenta circunstancial ou pontualmente o bairro, notadamente essa atraída por instituições ou eventos culturais, mas isso não configura, a princípio, uma mudança na *vida pública* do bairro em questão.

O presente enfoque, entretanto, indica uma outra possibilidade de leitura, que diz respeito às dinâmicas de relação entre continuidade e mudança, inspirando-nos aqui nas relações entre estrutura e conjuntura, nos termos estabelecidos por Marshall Sahlins, que relativizam a idéia de que a realização da modernidade levaria a uma contínua dissolução de modos de vida ou culturas tradicionais, preferindo compreender como tais “ordens nativas” englobam a moderna enquanto estruturas históricas, interpretando-as e intervindo nas mesmas sob seus pontos de vista (Sahlins, 1990; 1997a; 1997b). Com as devidas mediações, isso implica, por exemplo, em revermos determinadas narrativas ligadas à idéia de que as elites por vezes tentam *retomar* as áreas centrais, como se *as ruas* lhes tivesse efetivamente *pertencido* no passado,¹⁹ sendo mais plausível, com base na história urbana de muitas cidades brasileiras, que as mesmas tenham como um dado estrutural um uso popular, com conjunturas específicas marcadas por tentativas de elitização.

Tendo em vista os argumentos aqui esboçados, o que as falas e observações coletadas apontam, provisoriamente, é que eventuais mudanças na paisagem urbana, gradativamente empreendidas a partir das recentes operações de repressão e demolição, não incidem significativamente sobre o quadro social do bairro da Luz, visto com recorrência como um dado de longa data e de difícil reversão. Tais intervenções, portanto, não vêm sendo interpretadas por tais atores sociais como mudanças significativas, embora o poder local venha tentando transformar ou converter, ao menos no plano semântico, o espaço da “cracolândia” em “Nova Luz”.²⁰ O que tal população provavelmente aponta —a maioria dela exposta a uma série de precariedades em termos de acesso a moradia, emprego e serviços— é que uma característica de longa data presente no bairro, consubstanciada na presença ostensiva dos “nóias”, diz respeito a uma combinação envolvendo, dentre outros fatores, pobreza e tráfico de drogas, o que não supõe soluções simples, em curto prazo, ou apenas através de mudanças na paisagem urbana. Tal questão, aqui esboçada, relaciona-se com um quadro mais amplo de processos havidos em outras cidades brasileiras, nos quais é difícil conceber espaços que, tendo sofrido intervenções, passassem a configurar uma mudança social tão significativa no uso dos espaços. Mesmo no caso do Pelourinho, em Salvador, visto como exemplo emblemático, o recente desinvestimento do governo estadual em suas atividades culturais e infra-estrutura, e o gradativo abandono dos comerciantes do local já dão sinais, a princípio, da volta da mendicância e prostituição mais visíveis e constantes em suas ruas (Francisco, 15/7/2007).²¹

Tais observações devem nos levar a uma reflexão mais sistemática sobre o papel ocupado por instituições do poder público em cenários de *gentrification*. No bairro da Luz, estamos tratando de um caso em que as mudanças urbanas em questão são propostas explicitamente pelo Estado, do modo como tem ocorrido na maioria dos casos de “requalificação” apresentados na literatura latino-americana e discutidos no início desse artigo. No presente contexto, a intenção do poder público local de introduzir uma série de mudanças no bairro pode ser entendida como uma tentativa de “gentrificar” a região.

Frente a essa observação, devemos lembrar que intervenções urbanas na parte do Estado não significam *a priori* processos de discriminação contra populações de baixa renda. O tipo de intervenção urbana proposta por um órgão do poder público depende da sua posição política e de interesses frente às populações presentes em um determinado espaço urbano.²² Porém, embora não devamos imaginar que todo processo de intervenção urbana com origem

no poder público local seja *sempre* sinônimo de expulsão e intimidação das classes populares, podemos reconhecer que, no caso da Luz, a atual gestão local (PSDB-DEM) parece valorizar explicitamente intervenções desenhadas para atrair uma população de maior poder aquisitivo ao bairro, bem como priorizar a expulsão de certos setores da população atual da região central (Frúgoli Jr., 2006b), sem nenhuma tentativa de enfrentar as questões de fundo sócio-econômico situadas no cerne da precariedade que caracteriza as vidas da maioria das pessoas atualmente vivendo no bairro.

Diferente de outros casos apresentados na literatura, porém, o bairro da Luz apresenta um cenário muito ambíguo, em que uma população numerosa, heterogênea e bem enraizada –quase que totalmente caracterizada por seu perfil popular e de baixa renda– praticamente impossibilita uma rápida transformação da paisagem urbana, nas linhas propostas pelo poder público local, a não ser que venha a ocorrer uma intervenção de muito grande porte. Numa perspectiva que rejeita a idéia unilateral de resistências ou reações,²³ pode-se aventar a hipótese, a nosso ver mais plausível, de que áreas como a Luz são historicamente marcadas por usos populares, com eventuais conjunturas nas quais outros grupos tentam se apropriar desses locais. O que observamos é uma situação em que as diversas populações presentes no bairro –desde as mais politicamente organizadas (como os sem-teto ou os catadores de material reciclável) até as mais “marginalizadas” e vulneráveis (como os “nóias” ou a população de rua)– parecem estar “atrapalhando” as intenções do poder público, seja de propósito (isto é, como parte de uma eventual proposta política de resistência) ou não.

Portanto, o quadro observado no bairro da Luz não cabe propriamente dentro dos modelos de *gentrification* apresentados na literatura discutida na introdução do presente texto. Se, por um lado, o bairro não se encontra no meio de um processo de mudança estimulado pela chegada de parcelas das classes médias e por novas configurações no mercado imobiliário –como visto em vários casos europeus e norte-americanos–, por outro, tampouco passa por um simples processo da efetiva expulsão da população já presente nos moldes mais conhecidos na América Latina. Devemos, então, concluir que *gentrification* é um processo que acontece com o gradual movimento de pessoas das classes médias e altas para bairros populares de áreas centrais, e portanto impossibilitado de se efetivar quando imposto “artificialmente” pelo Estado? Ou será que o caso da Luz apresenta uma paisagem tão única na sua complexa constituição de precariedade sócio-econômica e organização política, que as operações de

expulsão e intimidação desenvolvidas pelo poder local simplesmente não conseguem atingir seus objetivos?

Sem poder olhar para o futuro, dificilmente conseguiremos vislumbrar os desdobramentos dessa história. A continuação da presente campanha de intimidação e estigmatização da população da Luz poderia resultar eventualmente na migração de grandes parcelas da mesma para outras regiões da cidade, como em outros casos brasileiros, ou então a administração pública pode, numa certa hora, vir a desistir do seu projeto para essa área, dirigindo suas atenções para outros bairros da cidade. E sempre temos que contar com a possibilidade de alguma administração futura redesenhar o presente projeto de requalificação do bairro, para realmente incluir a população já presente. Sem saber qual dessas possibilidades se realizará, dificilmente poderemos chegar a uma conclusão sobre os processos urbanos em andamento nessa região. É possível, todavia, concluir já pela necessidade de mais reflexão e estudos etnográficos em torno do conceito de *gentrification*, que, no contexto paulistano atual, parece ajudar e ao mesmo tempo restringir, em medidas iguais, nossa compreensão do campo sob discussão.

Por fim, pode-se também pensar na contraposição entre eventos de longa e curta duração para aventar a hipótese de que as áreas urbanas e centrais em questão têm um caráter eminentemente popular, embora possam passar, em curtos períodos (a depender da ênfase na temporalidade em questão), por mudanças e impactos que posteriormente se revelam conjunturais. Tal argumento, de todo modo, exige igualmente novos enfrentamentos etnográficos que permitam avançar na validade dessas noções aqui enunciadas.

NOTAS

¹ Versão em português, com modificações, do *paper* “The Luz district in São Paulo: anthropological questions on the phenomenon of gentrification”, apresentado em mar./2008 no Brooklyn College and City University Graduate Center, CUNY (em disciplina ministrada por Sharon Zukin), no Center for Iberian and Latin American Studies da University of California, San Diego, CILAS/UCSD e no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, BRASA, ocorrido na Tulane University (New Orleans); além dos autores, participam também da pesquisa aqui apresentada os mestrandos Carlos Filadelfo, Enrico Spaggiari e Inácio de Carvalho Dias de Andrade e as alunas da graduação Marina Aparecida Capusso, Paula de Souza Delage Faria, Isadora Zuza da Fonseca, Laís Silveira e Bianca Barbosa Chizzolini; já colaboraram com a pesquisa Daniel De Lucca Reis Costa e Fábio Costa Julião (todos integram ou já integraram o GEAC); nossos agradecimentos a todos, extensivo aos entrevistados e a àqueles que teceram comentários quando da apresentação do presente texto.

- ² O trecho, em português, refere-se a um artigo em francês.
- ³ Segundo o IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–, a estimativa para 2007 era 10.866.518 (ver <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, consultado em 11/2/2008).
- ⁴ J. Serra [2005-2006] e G. Kassab [2006 em diante], PSDB-PFL (DEM, a partir de mar./2007); recentemente Kassab reelegeu-se, para o período 2009-2012.
- ⁵ Atualmente tal pesquisa coletiva conta com o amparo do CNPq (com término previsto para o final de 2010).
- ⁶ A primeira etnografia a respeito da “cracolândia” foi realizada por Mingardi e Goulart (2001).
- ⁷ Cujo perímetro é formado pela Av. Ipiranga, Av. Cásper Líbero, R. Mauá, Av. Duque de Caxias e Av. Rio Branco (Prefeitura do Município de São Paulo, dez./2005b:7).
- ⁸ Que resultou em “2.216 abordagens, 426 papetes de crack apreendidos, 12 flagrantes de tráfico ou porte de drogas, 3 hotéis lacrados com concreto, 3 armas apreendidas, 50 celulares apreendidos, 369 adultos e crianças recolhidos para abrigos, 2 procurados presos e 5.200 CDs apreendidos” (Folha de S. Paulo, 10/3/2005).
- ⁹ Os assim chamados sem-teto são grupos politicamente organizados que lutam pela moradia própria, principalmente através da ocupação de edifícios e casarões vazios. Boa parte dos participantes desses movimentos foram moradores de cortiços, habitações alugadas usadas há muitas décadas pelas classes populares, caracterizadas por casas de cômodos precárias, multifamiliares, lotadas e insalubres, cuja vantagem é a localização central, próximas a oportunidades de trabalho, serviços e equipamentos urbanos. Obviamente, as ocupações dos sem-teto são arranjos residenciais distintos e menos recorrentes que os cortiços da região (Kowarick, 2007; Frúgoli Jr., 2006b).
- ¹⁰ O termo *nóia* “é como os dependentes de crack chamam a angústia e o sentimento de perseguição que acompanham o estado de euforia que é gerado pela droga. Tem origem na palavra *paranóia*” (Monteiro, 3/9/2000a).
- ¹¹ Abordagens da imprensa têm focado prioritariamente os temores de comerciantes atingidos pela desapropriação (Lage, 10/9/2005; Gallo, 5/4/2006; Rigi, 14/7/2007).
- ¹² Inicialmente em pontos do quadrilátero identificado posteriormente pela Prefeitura como “cracolândia”, e depois da “Operação Limpa”, nas Praças Júlio Prestes e Princesa Isabel, Parque da Luz e imediações, para onde tais grupos migraram.
- ¹³ Utiliza-se aqui a categoria de usuários de crack de forma provisória, já que há pessoas nas ruas que podem estar em relação com os mesmos e não consumir obrigatoriamente a substância (ver detalhes em Silva, 2000). O termo “*nóia*”, por sua vez, não constitui necessariamente uma categoria nativa, pelo caráter altamente estigmatizante entre eles próprios.
- ¹⁴ Identificado pelos participantes do “É de Lei” como “Paulo Paulada”, cujo apelido guarda relação com a forma violenta com que lida com os usuários de crack e a população de rua locais.

¹⁵ Naquele dia, foram aferidos por volta de 105 usuários.

¹⁶ Para detalhes sobre os novos territórios criados a partir da “Operação Limpa”, ver Mena (7/4/2005) e Capriglione e Gallo (3/9/2006). É possível que haja uma pequena parcela de usuários de crack que consuma a droga em rápidas permanências em quartos de hotéis da região (incluindo alguns estabelecimentos que vendem a própria droga (ver, a respeito, Monteiro, 3/9/2000b)).

¹⁷ Etnografias posteriores apontam que o uso das ruas citadas (com exceção da R. dos Protestantes) pelos usuários de crack aumentou significativamente.

¹⁸ O poder público, neste sentido, tem constituído um tema transversal a várias abordagens. Chama a atenção, inclusive, o argumento das intervenções baseado, curiosamente, na “ampliação da diversidade social”, por tratar-se de uma região supostamente marcada apenas pela “presença dos pobres”. Andrea Matarazzo, então subprefeito da Sé (região central), já declarou: “Assim como em toda a cidade, é preciso ter essa diversidade – a região central não é para ser só para ricos ou só para pobres, a diversidade é o que caracteriza o lugar” (Almeida, mar.-abr./2006:39).

¹⁹ O trabalho de Frehse (2005) faz uma crítica pertinente a respeito dessas narrativas históricas consolidadas.

²⁰ As associações simbólicas de tal área à “cracolândia” pelo poder público são recorrentes. Em ocasiões mais recentes, o prefeito tem afirmado que a “cracolândia” acabou, em virtude das intervenções (Gentile e Spineli, 15/12/2007).

²¹ Um interessante artigo de Cabral (17/11/1999) lida com a hipótese de que a pobreza de áreas revitalizadas de várias cidades brasileiras efetivamente migra para outras áreas urbanas.

²² A dissertação de mestrado de Carlos Filadelfo (2009), participante da nossa equipe de pesquisa, por exemplo, mostra como as negociações entre o poder público local e os sem-teto do centro de São Paulo em torno da questão da moradia variaram ao longo dos últimos anos, dependendo da gestão no poder.

²³ E que também recusa, por conseguinte, a metáfora de Smith (1996) da gentrification como uma espécie de “fronteira urbana em expansão” (como “ondas sucessivas”), cujas similaridades com a expansão da fronteira do capitalismo pela ação colonizadora são evidentes.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. 2006. “O humanitário como terreno de pesquisa (entrevista concedida a Susana Durão)”. *Sociologia, problemas e práticas*, 50: 133-150.

ALMEIDA, Lizandra M. 2006. “O Centro em pauta (entrevista com Andrea Matarazzo)”. *Urbs*, 40: 36-39.

ARANTES, Antonio A. 2000. *Paisagens paulistanas*. Campinas: Ed. Unicamp.

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. 2003. "Introduction". En: Bidou-Zachariassen C. (dir.), *Retours en Ville*. Paris: Descartes & Cie. pp 9-43.
- CABRAL, O. 17/11/1999. "Centro restaurado resgata comércio, mas exporta crime". Folha de S. Paulo: 3-4.
- CAPRIGLIONE, Laura e GALLO, Ricardo. 3/9/2006. "'Cracolândia' expande os seus domínios". Folha de S. Paulo: C1.
- CARVALHO, Juliana N. B. e SCHICCHI, Maria C. S. A área da Luz em São Paulo: reabilitação de edifícios históricos versus recuperação urbana. <http://www.aguaforte.com/osurbanitas5/Carvalho&Schicchi2007.html>. (30 novembro 2007)
- FILADELFO, Carlos. 2009. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- FOLHA DE S. PAULO. 10/3/2005. "Raio X da 'cracolândia'": C8.
- FOLHA DE S. PAULO. 9/3/2005. "'Cracolândia' ganha repressão e ações sociais": C3.
- FRANCISCO, Luiz. 15/7/2007. "Prostitutas e mendigos voltam ao Pelourinho". Folha de S. Paulo: C8.
- FREHSE, Fraya. 2005. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp.
- FRÚGOLI JR., Heitor. 2000. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp.
- FRÚGOLI JR., Heitor. 2006a. "Intervention dans les espaces centraux des villes brésiliennes, le cas de São Paulo". En: H. Rivière D'Arc & M. Memoli (ed.), *Le pari urbain en Amérique latine*. Paris: Armand Colin. pp 133-147.
- FRÚGOLI JR., Heitor. 2006b. "O centro de São Paulo: mudanças recentes e a questão da moradia social". Artigo para o *Séminaire international de recherche: Réinvestir le "centre"*, Paris.
- GALLO, Ricardo. 5/4/2006. "SP começa a desapropriar 'cracolândia'". Folha de S. Paulo: C4.
- GENTILE, Rogério e SPINELI, Evandro. 15/12/2007. "Saúde e educação são os piores problemas de SP (entrevista com Gilberto Kassab)". Folha de S. Paulo: Especial C9.
- GLASS, Ruth. 1964. *London: aspects of change*. London: Centre for Urban Studies and MacGibbon and Kee.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. 2007. *Políticas culturais e negócios urbanos (1975-2000)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- KOWARICK, Lúcio. 2007. "Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas". *Lua Nova*, 70: 171-211.
- LAGE, Amarílis. 10/9/2005. "Comerciante da 'cracolândia' diz temer desapropriações". Folha de S. Paulo: C7.
- LEITE, Rogerio Proença. 2002. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 49: 115-134.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras (edición original de 1955).
- MENA, Fernanda. 7/4/2005. “Cracolândia resiste, agora em novo endereço”. Folha de S. Paulo: C5.
- MINGARDI, Guaracy e GOULART, Sandra L. 2001. “As drogas ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia”. *Coleção Revista ILANUD*, 15.
- MONTEIRO, Karla. 3/9/2000a. “O vocabulário do usuário de crack”. Folha de S. Paulo: C3.
- MONTEIRO, Karla. 3/9/2000b. “Droga era vendida em hotéis, pensões e esquinas”. Folha de S. Paulo: C3.
- PERLONGHER, Néstor. 1987. *O negócio do michê*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ª ed.
- PINHO, Osmundo A. 2000. “A agency afro-baiana e a intervenção no Pelourinho”. Paper para o V Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, Recife.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. 2005a. Nova Luz (Lei 14.096 de 8/12/2005).
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. 2005b. Nova Luz. Informe publicitário.
- RIGI, Camilla. 14/7/2007. “Demolição da cracolândia terá início este ano”. O Estado de S. Paulo: C4.
- RUBINO, Silvana. 2005. “A curious blend? City revitalisation, gentrification and commodification in Brazil”. En: Atkinson R. y G. Bridge (ed.), *Gentrification in a global context*. London/New York: Routledge. pp 225-239.
- SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SAHLINS, Marshall. 1997a. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte I)”. *Mana*, 3/1: 41-73.
- SAHLINS, Marshall. 1997b. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte II)”. *Mana*, 3/2: 103-150.
- SILVA, Selma L. da. 2000. Mulheres na Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do *crack*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- SMITH, Neil. 1996. *The new urban frontier*. London & New York: Routledge.
- SMITH, Neil. 2003. “La gentrification généralisée: d’une anomalie locale à la ‘régénération’ urbaine comme stratégie urbaine globale”. En: C. Bidou-Zachariassen (dir.), *Retours en Ville*. Paris: Descartes & Cie. pp 45-72.
- VIANNA, Luiz F. 31/8/2007. “Projeto junta samba e política na cracolândia”. Folha de S. Paulo: E4.
- ZUKIN, Sharon. 1989. *Loft living*. New Brunswick: Rutgers University Press.